# A TEMÁTICA DE GÊNERO E RAÇA NO ENSINO DE GEOGRAFIA: UMA DISCUSSÃO A PARTIR DE MATERIAIS DIDÁTICOS

**Lorena Francisco de Souza**
Universidade Estadual de Goiás
E-mail: lorena.souza@ueg.br

**Resumo**:
Esse trabalho apresenta uma discussão sobre a utilização dos materiais didáticos no ensino de Geografia voltados para as questões de gênero e raça na formação cidadã de um indivíduo. Para tanto, recorremos às temáticas de gênero, raça, identidades e interseccionalidades na educação, sobretudo nos componentes específicos da Geografia. A metodologia adotada foi a análise de natureza qualitativa da Coleção *Araribá Mais Geografia*, organizada pela Editora Moderna voltados para o 6º ao 9º ano. O objetivo desse trabalho é de observar como são abordadas as questões de gênero e raça no ensino de Geografia para a construção da cidadania, a partir dos livros didáticos de Geografia do Ensino Fundamental utilizada por escolas da rede municipal de ensino de Morro Agudo de Goiás- GO. Como resultado, notou-se que não há uma profundidade maior para a discussão dos temas nos livros didáticos em questão.

**Palavras-chave**: Gênero; Raça; Livro Didático; Cidadania.

## Introdução

Por mais que na atualidade vemos questões de gênero e raça sendo tratadas em redes sociais, jornais e etc., não vemos isso acontecendo com frequência no ensino, mesmo sabendo o quão importante é esta discussão para auxiliar na formação de cidadãos/ãs críticos/as que venham a conhecer seus direitos sociais e deveres a partir de suas identidades. Entretanto, não vemos isso nas matrizes escolares, por mais que existam professores e professoras tentando apresentá-los. Como é do conhecimento de muitos educadores/as, gênero e raça podem ser considerados temas transversais, ou seja, a escola tem o dever de apresentá-los aos seus estudantes. Segundo Souza (2016), existe uma preocupação em efetivar a implementação da lei para o ensino das relações étnico-raciais. Portanto, desde a implementação da Lei 10.639/03 que obriga o ensino de história da África e cultura afro-brasileira nos currículos escolares, a Geografia na escola pouco tem tratado sobre as relações étnico-raciais (SOUZA, 2016).

Existem ainda situações de discriminação vivenciadas por sujeitos em seu recorte de gênero, raça, etnia, geração, religiosidade dentre outros marcadores, pois existe o estabelecimento de uma "verdade" e uma corporeidade como norma presente na sociedade no que se refere às relações de poder. Muitas vezes, as escolas ainda não se responsabilizam por discutir temas como racismo, discriminação de gênero e sexualidades. Entretanto, é preciso que esses assuntos sejam tratados como parte da realidade vivida dos alunos e alunas e da comunidade escolar.

Mesmo sendo parte de temas contemporâneos transversais, a realidade de nós mulheres negras na sociedade brasileira é pouco evidenciada e nos livros didáticos ainda há pouca representatividade deste grupo racial. Para a realização desta reflexão foi feito um levantamento bibliográfico sobre temáticas relacionadas aos estudos de gênero e raça nas Ciências Humanas e como estes temas integram a ciência geográfica e podem ser discutidos no ensino de Geografia. Posteriormente, foi feita pesquisa documental e análise do livro didático da Coleção *Araribá Mais Geografia*, organizada pela Editora Moderna, em que foram analisados livros de Geografia elaborados para o 6º ao 9º ano, a fim de detectar situações em que a questão racial combinada com gênero aparece nos conteúdos e imagens.

Ao discutir como são abordadas as questões de Gênero e Raça nos livros didáticos da coleção *Araribá Mais Geografia* do Ensino Fundamental, utilizados por escolas da rede municipal de ensino de Morro Agudo de Goiás- GO, pretendemos problematizar a ausência de imagens e conteúdos que se refiram à condição das mulheres negras, sobretudo por serem o grupo social mais vulnerável à desigualdade social, violência e falta de acesso a bens e serviços.

## Discutindo gênero e raça na Geografia

Acreditamos que um ensino de Geografia que discuta a cidadania como um princípio inerente a todos os indivíduos independente de sua raça e gênero, faz-se necessário. Vale apresentar as palavras de Souza e Ratts (2009) sobre as relações de poder que configuram as relações de homens e mulheres nos espaços públicos e privados, além de considerar o gênero e raça como elementos constituintes do espaço geográfico. Para os autores,

> as relações de gênero correspondem a uma manifestação das relações de poder. A opressão masculina, no decurso da história, sempre destinou às mulheres funções e "obrigações" determinadas, preestabelecidas de acordo com seu bem-estar e manutenção das decisões políticas em todos os campos da vida social (SOUZA e RATTS, 2009, p. 112).

Diante disso, nota-se uma dicotomia entre o papel das mulheres e o papel dos homens, onde o sexismo reina por séculos a fio de forma opressora e ditando a elas o que devem ou não fazer. Sobre a categoria gênero, Silvino e Henrique (2017) retratam que

> gênero é uma categoria de analise que precisa ser problematizada, para abolir dicotomias entre homens\mulheres, público\privado e somente os estudos de gênero não rompem com as históricas desigualdades das mulheres, pois não identifica claramente os sujeitos das opressões (SILVINO e HENRIQUE, 2017, p. 3).

Sendo assim, conforme os autores nos revelam, somente buscar um estudo em relação a estas questões, por si só, não bastam, pois para que haja uma ruptura de desigualdades das mulheres em relação aos homens, é preciso que haja desde o início da escolarização uma abordagem que supere o protagonismo de homens brancos heterossexuais, um ensino que consiga abarcar uma sociedade real composta por indivíduos negros/as, brancos/as, pobres, ricos/as, de diversas sexualidades e pertencimentos identitários.

Para Souza e Ratts,

> [...] a relação existente entre o gênero e a raça demanda uma leitura socioespacial, sustentada pelas categorias de análise geográficas, de grupos socialmente segregados como as mulheres negras. Tal leitura é capaz de desvendar os jogos de dominação e violência simbólica impostos por uma parcela da sociedade que detém o poder econômico, político, social e cultural (SOUZA e RATTS, 2009, p. 111).

Conforme os autores, ao tratar da relação entre o gênero e a raça sob o viés geográfico, nos remetemos à segregação socioespacial, à violência física e simbólica vivenciada pelas mulheres negras, a exclusão em diversos segmentos da sociedade. A sociedade, conforme relata Gonzalez (1984), possui uma visão distorcida e estereotipada da mulher negra brasileira. A autora cita diversos estereótipos impostos à mulher negra na cultura brasileira, onde "[...] naturalmente é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta. Basta a gente

ler jornal, ouvir rádio e ver televisão. Eles não querem nada. Portanto têm mais é que ser favelados." (GONZALEZ, 1984, p. 226). Ou, ainda, na cultura voltada para o Carnaval, a mulher negra "[...] transforma-se única e exclusivamente na rainha, na "mulata deusa do meu samba", "que passa com graça\fazendo pirraça\fingindo inocente\tirando o sossego da gente". (GONZALEZ, 1984, p. 228).

Diante do que a autora ressalta, podemos ter a percepção de que, na atualidade, esse estereótipo ainda é reproduzido, tanto em novelas, séries e filmes, na maioria das vezes o homem negro é bandido, a mãe negra é dona do lar, o marido exerce subemprego ou é desempregado. Ou seja, a representação do negro na mídia ainda é reforçada pela condição de pobreza e vulnerabilidade social. Conforme Gonzalez (1984), a mulher negra, infelizmente, tem um lugar pré-definido na sociedade e isso acontece desde a colonização.

Podemos notar que a raça é elemento decisivo para as definições econômicas, sociais, educacionais e formativas do indivíduo, principalmente a nível de Brasil, onde em comparação com pessoas brancas, os negros possuem baixas chances de entrarem de forma consolidada em um mercado de trabalho, e vemos também a questão de gênero determinante, pois "as mulheres negras ocupam as posições mais baixas nas escalas de assalariamento, seja quando comparadas aos homens brancos e negros, seja quando comparadas às mulheres brancas." (GÓIS, 2008 p. 744).

Ao refletirmos sobre as colocações do autor, podemos observar a assustadora realidade de que grande parte das mulheres negras e pobres frequentam escolas públicas, enquanto as brancas são mais vistas em escolas particulares, onde o ensino é tido como de "melhor qualidade", além da ideia de que filhos de brancos não precisam trabalhar para ajudar em casa e os filhos de negros tendem a trabalhar desde cedo, podendo ser um dos motivos onde muitos homens não conseguem completar seus estudos.

Assim como o trabalho e os estudos são determinantes para o mito da ascensão social do/a negro/a, alguns fatores como a aparência do corpo (já citado anteriormente), da forma de vestir e até mesmo da forma de utilizar o cabelo também corroboram para a falsa existência da "democracia racial". Sabemos que na sociedade em que vivemos, há vários tipos de cabelo, penteados e formas de se usar. No entanto, para Gomes (2016, p. 08):

> Assim como a democracia racial encobre os conflitos raciais, o estilo de cabelo, o tipo de penteado, de manipulação e o sentido a eles atribuídos pelo sujeito que os adota podem ser usados para camuflar o pertencimento étnico/racial, na tentativa de encobrir dilemas referentes ao processo de construção da identidade negra. Mas tal comportamento pode também representar um processo de reconhecimento das raízes africanas assim como de reação, resistência e denúncia contra o racismo. E ainda pode expressar um estilo de vida.

De acordo com a autora, esse processo de identidade através da forma com que se conduz o cabelo, preza ao indivíduo a busca pela sua própria identidade vinculada a sua etnia, e, ao mesmo tempo, a quebra de paradigmas voltadas para o reconhecimento de seu cabelo pode levar o indivíduo a reagir de forma profícua contra o racismo, expressando sua vida, seus costumes, seu modo de ser. “O cabelo crespo na sociedade brasileira é uma linguagem e, enquanto tal, ele comunica e informa sobre as relações raciais. Dessa forma, ele também pode ser pensado como um signo, pois representa algo mais, algo distinto de si mesmo.” (GOMES, 2016, p. 8). Não obstante, diante desse processo que vimos, perfaz-se necessário delongarmos essa discussão para o racismo envolto nas identidades de gênero, a pensarmos essas falas na visão dos livros didáticos em Geografia.

## O espaço escolar, temas transversais e a utilização de livros didáticos

A grande maioria dos indivíduos não possuem um certo conhecimento em relação às pessoas com gênero que diferem da heteronormatividade, além da raça e da etnia, como se ainda tivessem “mentes fechadas” e, assim, podendo deturpar a imagem que se tem do conceito de gênero. De acordo com Madrid (2019),

> O conceito de gênero ainda é usado de forma errônea, assim vemos que a educação geográfica precisa diferenciar dos demais conceitos como identidade de gênero e orientação sexual. E assim é visto o quão é importante conhecimento correto de cada para que se possa comtemplar as diversidades. Com isso é possível romper a homogeneidade\normatividade (p. 184).

Em relação a esse contexto, é salutar compreender que o ambiente escolar é palco para a formação de cidadãos conscientes que entendam sobre as identidades de gênero, raça, bem

como seus conceitos, ainda que de forma mais sucinta. Para tanto, as escolas necessitam do aporte da orientação sobre os temas transversais. Conforme os postulados de Madrid (2019, p. 183): "São temas transversais aqueles que pautam Ética, Orientação Sexual, Meio Ambiente, Saúde, Pluralidade Cultural, Trabalho e Consumo visando o aprendizado e a intervenção na sociedade brasileira para transformá-la".

Sendo assim, e com base no aporte teórico reforçado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, os estudantes que possuem tal base serão "[...] capazes de eleger critérios de ação pautados na justiça, detectando e rejeitando a injustiça quando ela se fizer presente." (BRASIL, 1997, p. 39). Ainda segundo o documento, a transversalidade tem como fundamental importância o construto educacional que se valha desses temas em relação ao exercício da cidadania. Dessa forma, é válido afirmar que crianças necessitam aprender nas escolas sobre os temas transversais, sendo que muitas pessoas nunca nem ouviram tal palavra, qual é a sua finalidade, e o grau de importância para a sociedade em geral. Em função disso, conforme Souza e Santos (2020),

> A prática docente em sala de aula ultrapassa o ensino da matéria em si e, portanto, mediar os processos de conhecimento é considerar os\as alunos\as como sujeitos ativos\as munidos de identidades, contextos sociais e culturais diversos com valores e expectativas distintas do que é estabelecido como norma social. As escolas são instituições sociais e apresentam em seu cerne realidades diversas que precisam ser consideradas mediante as definições curriculares e situações de aprendizagem (p. 275).

Dessa maneira, no que tange ao processo de ensino/aprendizagem, ao estar diante dos temas transversais, o docente passa a transcender o que foi preparado para o momento de dar a sua disciplina, sendo que, para tanto, se vale da consideração das múltiplas identidades que vai encontrar ao longo do seu processo, na intenção de formar alunos críticos, mas que possuem identidades cambiantes e conhecimentos prévios diferenciados uns dos outros. Conforme as autoras, é na escola, instituição social, que surgirá, seja na aprendizagem ou no convívio escolar, as discussões necessárias para auxiliar os discentes, não somente na formação de disciplinas, mas sim atuantes na vida em sociedade. Com base nessa realidade, pode se analisar que o espaço escolar precisa ser um espaço que trate das discussões de gênero, raça,

sexualidade, assim como temas transversais como um todo, sobretudo ao analisar as aulas de Geografia. Não somente no ambiente escolar, mas em todas as esferas sociais, conforme postula Madrid:

> [...] como é necessário a discussão do gênero em todas as esferas da sociedade, uma vez que o debate, por mais marginalizado e deslegitimado que se possa parecer no âmbito formal, pulsa como problema real, latente, presente e cada vez mais evidente na luta por direitos básicos e dignamente humanos, tais como a vida e o trabalho (2019, p. 185).

Sendo assim, a autora assevera que essa discussão precisa ser mantida em sociedade, trazendo esse processo para o espaço escolar, um dos ambientes que promoverão tais discussões, pois é um local de muitas descobertas para aqueles que buscam o saber, a aprendizagem, além de, muitas vezes, estar vivenciando o preconceito dentro da própria sala de aula. Para tanto, ao trabalhar tais questões, a autora ressalta que

> Ao que diz respeito à aproximação entre Geografia e gênero, é fundamental que docentes revisem a bibliografia que utilizam para construírem as aulas, ao trabalharem com o livro didático sejam críticas/os, apontando, por exemplo, as lacunas de temas, as desigualdades de gênero, as invisibilidades das mulheres em todas as esferas, e essencialmente, percebam que todos os conteúdos de Geografia estão aptos para pautarem questões de gênero (MADRID, 2019, p. 187).

Diante disso, as lacunas que podem existir durante o processo de ensino/aprendizagem de Geografia permitem extrair como seria possível o trabalho sobre Gênero e Raça, como os/as professores/as abordariam essas questões para com seus alunos em uma matéria que "não enquadra" em falar sobre as questões que estamos a discutir, e como que seria possível tal discussão visando uma sala heterogênea em seus pertencimentos de raça e gênero, ou como cita Souza e Ratts (2009):

> Embora exista uma preocupação em algumas disciplinas da chamada ciências humanas em discutir e compreender as relações de gênero, esta categoria é um elemento ainda pouco visto e discutido pela Geografia, mesmo sendo imprescindível na sociedade de classes e a raça/etnia amplia o quadro de categorias que deveriam ser mais exploradas pela ciência geográfica em seu viés cultural (p. 118).

Os autores também asseveram que "os estudos que privilegiem o estudo do gênero e da raça nas ciências sociais, em especial na Geografia, dão e darão subsídios para instigar uma preocupação com a equidade racial e de gênero a questionar mitos fundados mediantes as relações de poder" (SOUZA e RATTS, 2009, p. 118). Sendo assim, o trabalho para com as questões de gênero e raça na disciplina de Geografia permitirá que o aluno compreenda esses subsídios para uma formação mais cidadã, pensando no "outro", naquele que passa por situações de racismo e discriminação de gênero, no caso, as mulheres negras.

No ambiente de ensino, "a Geografia tem um papel fundamental na transformação social pelo fato de abranger conteúdos e contextos sociais em sua espacialidade, além de possibilitar a construção de um pensamento sobre o espaço, ou seja, um pensamento geográfico [...]". (SOUZA e SANTOS, 2020, p. 282). Com isso, as autoras afirmam que, por exemplo, conteúdos voltados para a formação do povo brasileiro que caracterizam a multirracialidade e a heterogeneidade da população tornam-se primordiais para a produção de conhecimento, além de formar alunos para a cidadania, uma vez que "a temática racial é um importante elemento para a construção de uma formação cidadã a partir da educação geográfica. Discutir e fomentar a formação cidadã é um dos princípios do ensino de geografia." (SOUZA e SANTOS, 2020, p. 283).

Conforme o que foi visto, o ensino da ciência geográfica tem o dever de mostrar ao aluno a se conhecer no mundo, a conhecer sua identidade, a voltar-se para a sociedade de modo que integre o indivíduo no contexto que ele vive, sobretudo, no que se refere ao seu pertencimento de gênero e raça. Para tanto, como já foi citado anteriormente, faz-se necessário valer-se da Lei 10639\3, que impõe os estudos sobre a África e cultura afro-brasileira nas escolas, além de citar os temas transversais, bem como se basear nos estudos do pensamento feminista negro.

A escola é o ambiente que promove a formação de futuros cidadãos do País e justamente por formar a cidadania que precisa combater discriminações e preconceitos existentes, rejeitando padrões heteronormativos e, portanto, ressignificar as questões de gênero e de raça dentro da aula, nesse caso, da disciplina Geográfica. Disciplina essa que é fundamental "na formação da cidadania do povo brasileiro, que apresenta uma heterogeneidade singular na sua

composição étnica, socioeconômica e na distribuição espacial". (ANJOS, 2005, p. 177). Portanto, após essa revisão teórica diante das questões de gênero e raça, apresentamos como essa temática vem sendo abordada nos livros didáticos analisados abaixo ou pode ser abordada.

**Algumas considerações sobre o material didático de Geografia e as referências às questões de gênero e raça**

Para analisar a coleção dos livros didáticos, pautamos na observação, leitura dos conteúdos e das ilustrações e apontamentos a partir das seguintes questões: O livro aborda a temática racial e de gênero a partir de uma abordagem antirracista e igualitária? O livro promove de forma positiva as identidades culturais, considerando seus direitos e sua participação em diferentes processos históricos que marcam a formação do espaço geográfico brasileiro? Os conteúdos apresentados são adequados e ampliam as reflexões sobre gênero e raça? Há incentivo a uma ação pedagógica centrada no respeito e na valorização da diversidade? As gravuras e imagens reproduzem de forma adequada a diversidade de gênero e de raça da sociedade brasileira, a pluralidade social e cultural do país, sem o reforço e a indução de estereótipos?

Verificamos que no livro didático do 6º ano, não há uma discussão clara sobre as questões de gênero e raça, mas há uma citação das Mudanças Climáticas e a produção de ostras pelos povos quilombolas na seção "Mundo em escalas". Nesse texto é citado brevemente sobre a origem dos povos quilombolas e como eles sobrevivem até os dias de hoje. Por conseguinte, no livro didático do 7º ano, seção "ser no mundo", há um texto sobre a valorização do lugar por meio dos saberes dos habitantes, ressaltando a importância da cultura, práticas e saberes das comunidades quilombolas e indígenas.

Ainda no livro didático do 7º ano, no capítulo 6, "A heterogeneidade da população brasileira", há uma abordagem maior e positiva sobre os povos indígenas, os povos africanos e os imigrantes, abordando os preconceitos que estes sofrem até hoje, principalmente as comunidades quilombolas. Na página 79, são abordados os fluxos de africanos escravizados para o Brasil, e há uma proposta de estudo sobre como esse fato se manifesta na sociedade. Na seção "ser no mundo", página 90, aborda somente textos sobre a população indígena urbana,

sobre os preconceitos e estereótipos que ainda existem. Na página 109, ao citar textos sobre as terras indígenas, também observa a exclusão dos indígenas na distribuição de terras no Brasil. Na página 231, na seção "mundo em escalas", prioriza a questão da mulher no trabalho, bem como a exploração das quebradeiras de coco.

No livro didático do 8º ano existe uma abordagem sobre os preconceitos e a intolerância àqueles que são oriundos de outros países, a chamada "xenofobia". Os temas de gênero e raça vão ser apontados no capítulo 8, no subtítulo "questão racial" página 129, baseado nos acontecimentos inerentes à segregação de negros e brancos nos Estados Unidos antes de 1960, quando foi abolido. Dentre outros assuntos, é abordado especificamente a violência contra os negros, principalmente vindo de policiais.

Nas páginas 130 e 131, vai abordar o movimento negro brasileiro e sua importância global, com a Marcha das Mulheres Negras realizada pela ONU Mulheres. No capítulo 5, são citados, dentre outros assuntos, os Índices de Desenvolvimento de Gênero (IDG), que mede a disparidade entre homens e mulheres, e o Índice de Desigualdade de Gênero (GII), que se refere a desigualdade de gênero entre masculino e feminino. Logo a frente cita novamente o "*apartheid: segregação étnica"*, no Capítulo 16, onde a segregação étnica que aconteceu na época teve Nelson Mandela como um dos líderes revolucionários em desfavor da separação entre negros e brancos.

O livro do 9º ano, por sua vez, não possui grandes abordagens acerca das questões de gênero e raça. Há uma breve fala sobre a xenofobia- racismo contra imigrantes, asseverando que "a mão de obra imigrante é de grande importância para vários setores de economia da Europa", inclusive para os empregos que exigem menor formação profissional. Logo após, no item "Para refletir", é abordado sobre a grande existência de grupos étnicos na Rússia. E há uma discussão breve sobre desigualdade de gênero, onde é falado sobre como acontecem essas desigualdades, na discriminação de mulheres, seja no salário, nas oportunidades de trabalho ou até mesmo nos altos índices de violência contra a mulher.

Verificamos se os conteúdos apresentados nestes livros são adequados e possuem um enriquecimento maior para ampliar as possibilidades do aluno a respeito das questões de gênero e raça. O conteúdo do livro do 6º ano não evidencia muito sobre essas questões, apenas

generalizando a formação de povos antigos e é mais focado em cultura e identidade cultural, clima e formação terrestre. Não há um diálogo entre as unidades sobre gênero e raça.

Alguns conteúdos do 7º ano ampliam as possibilidades justamente no capítulo 6, a heterogeneidade da população brasileira, ao citar os povos africanos e indígenas. Na Unidade VI, Região Sul, cita sobre a diversidade dos povos africanos e indígenas e, no capítulo 19 é falado sobre a mulher no trabalho e a exploração.

O livro didático do 8º ano é mais recheado de conteúdos que vão de fato enriquecer os alunos ao buscarem informações sobre gênero e raça, mas ainda possui algumas lacunas. Há um foco grande na África, nas origens e na cultura, que também são abordados nos outros continentes, mas não com a mesma intensidade. Em comparação com os outros livros, é o que mais demonstra uma apresentação de conteúdos acessível para uma discussão sobre gênero e raça. Já o livro didático do 9º ano não dá tanta ênfase no conteúdo, não há muito subsídio para ampliar uma discussão maior sobre gênero e raça. Por quase não mostrar a temática de gênero e raça, o livro do 9º ano não possui muitos subsídios para o trabalho com essas questões, embora cite sobre a desigualdade de gênero de forma bem abreviada, bem como os preconceitos decorrentes da diversidade religiosa na Ásia, por exemplo.

## Considerações finais

Pudemos perceber que as questões de gênero e raça seguem uma espécie de padrão e estereótipo. Há uma grande necessidade de ainda rever algumas temáticas que podem ser encaixadas para formar alunos críticos e cidadãos, no que se refere ao cuidado com as questões de gênero e raça como constituintes das relações sociais no espaço. Nota- se uma riqueza na organização dos temas, mesmo que alguns conteúdos apareçam de forma resumida, porém na maioria das vezes as questões de gênero e raça, pela análise feita, são colocados à parte e não dentro do conteúdo estudado dentro do livro didático.

Sendo assim, fica entendido que ainda há um longo processo a se cumprir, e, apesar das falhas, os materiais analisados podem sim ser uma fonte primária de discussões voltadas

para a temática aqui abordada, a fim de formar cidadãos e cidadãs críticos/as e formadores/as de argumentos favoráveis ao combate ao racismo, misoginia, sexismo, lgbtfobia dentre outras formas de injustiças. Mas é preciso chamar a atenção para que os materiais didáticos que os alunos/as têm acesso apresentem questões de práticas cidadãs que enxerguem a sociedade como heterogênea, constituída por sujeitos de raças, etnias, orientação sexual, gêneros plurais e merecem um maior cuidado e abordagem nos conteúdos de Geografia.

**Referências**

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. A Geografia, a África e Negros Brasileiros. In. MUNANGA, Kabengele. (Org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 173-184.

GÓIS, João Bôsco Hora. Quando raça conta: um estudo de diferenças entre mulheres brancas e negras no acesso e permanência no ensino superior. **Estudos Feministas**, Florianópolis, setembro-dezembro 2008, p.743-768.

GOMES, Nilma Lino. Corpo cabelo como símbolos da identidade negra. In: FIGUEIREDO, Angela, CRUZ, Cintia (Orgs.). **Beleza Negra**: representações sobre o cabelo, o corpo e a identidade das mulheres negras. Cruz das Almas: EDUFRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016. Coleção UNIAFRO; v. 16). P. 1-14

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p.223-244.

MADRID, Camila. Gênero como conteúdo nas aulas de geografia na educação básica. **14 encontro nacional de prática de ensino de geografia políticas, linguagens e trajetórias.** Universidade estadual de campinas, 29 de junho a 4 julho de 2019. p181-191.

PROJETO ARARIBÁ: **Geografia.** Obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna. Editora Executiva: Maíra Rosa Carnevalle. - 1 ed - São Paulo: Moderna, 2018. (6º, 7º, 8º e 9º anos).

SOUZA, Lorena Francisco de; RATTS, Alecsandro José Prudêncio. ESPAÇO, CULTURA E PODER. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v.3, p.107-120, abr.2009.

SOUZA, Lorena Francisco de. As relações étnico-raciais na geografia escolar: desafios metodológicos e pedagógicos. **Revista produção acadêmica**- núcleo de estudos urbanos regionais e agrários\ nurba- vol.2 n.2, dezembro, 2016, p.04-19.

SOUZA, Lorena Francisco de; SANTOS, Camila da Conceição Reis. A geografia escolar e o ensino das relações etnico-racias: apontamentos a partir do currículo referência do estado de Goiás. **Revista da ABPN**, v.12, n. Ed. Especial – caderno temático: "Geografias Negras". Abril de 2020, p.273-291.

SILVINO, Dariana Maria; HENRIQUE, Tázia Renata Peixoto Godim. **A importância da discussão de gênero nas escolas**: uma abordagem necessária. VIII JORNADA INTERNACIONAL POLITICAS PÚBLICAS. 2017.